

# PC-SP

POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE SÃO PAULO

400 questões gabaritadas  
Praticando - Delegado de  
Polícia de 3ª classe



CÓD: SL-096ST-23  
7908433241874

## Questões Gabaritadas:

1. Direito Penal .....	5
2. Direito Processual Penal.....	15
3. Criminologia .....	27
4. Legislação Especial .....	37
5. Medicina Legal .....	49
6. Direito Constitucional.....	61
7. Direitos Humanos .....	73
8. Direito Administrativo .....	85
9. Direito Civil .....	95
10. Noções de Informática .....	107

(D) tem força de lei, mas não atende ao Princípio da Legalidade e a criminalização, portanto, é inconstitucional.

(E) tem vigência e eficácia a partir de sua adoção, mas não pode retroagir para criminalizar condutas que são anteriores à sua edição.

#### 5. VUNESP - AG POL (PC RR)/PC RR/2022

Assunto: Direito Penal - Princípios Constitucionais de Direito Penal

Exclusivamente nos termos do art. 5º, XLIII da CF/88, são insuscetíveis de graça ou anistia

- (A) os crimes hediondos, apenas.
- (B) os crimes de preconceito e os crimes ambientais.
- (C) os crimes praticados com violência contra a mulher em razão da condição de gênero.
- (D) a ação de grupos armados, civis ou militares, contra a ordem constitucional e o Estado Democrático.
- (E) a prática da tortura, o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o terrorismo e os definidos como crimes hediondos.

#### 6. VUNESP - DEL POL (PC RR)/PC RR/2022

Assunto: Direito Penal - Princípios Modernos de Direito Penal

Tendo em conta os princípios fundamentais do Direito Penal, bem como as disposições constitucionais aplicáveis ao Direito Penal, assinale a alternativa **correta**.

- (A) O princípio da dignidade da pessoa humana, no âmbito penal, implica vedação de tratamento degradante e cruel, servindo de fundamento, na jurisprudência dos tribunais superiores, à concessão de prisão domiciliar a preso em estado terminal.
- (B) Em vista da reserva legal, vertente do princípio da legalidade, medida provisória, lei complementar, leis delegadas, resoluções e decretos não podem tratar de temática penal.
- (C) O princípio de bis in idem veda que se utilize a reincidência como agravante genérico da pena.
- (D) A aplicação do princípio da insignificância, pela jurisprudência dos tribunais superiores, prescinde de qualquer valoração pessoal do agente, bastando a inexpressividade da lesividade da conduta.
- (E) O princípio da intranscendência da pena veda que se atribua punição com fulcro exclusivo em questões pessoais do autor, dissociada da prática de fato típico, ilícito e culpável.

#### 7. VUNESP - MED-LEG (PC RR)/PC RR/2022

Assunto: Direito Penal - Conflitos de Leis Penais no Tempo

Imagine que um indivíduo, funcionário público, foi processado por uma conduta que caracteriza Crime contra a Administração Pública e condenado, somente, à pena de multa. Advém o trânsito em julgado, ou seja, não cabe mais qualquer recurso contra a decisão condenatória. Antes do pagamento da multa, há uma alteração da legislação penal, que deixa de considerar criminoso o fato pelo qual o sujeito foi condenado. Nesse cenário, é correto afirmar, de acordo com o art. 2º do CP, que

- (A) aplica-se o novo regramento pelo princípio do *tempus regit actum* e, conseqüentemente, a multa não é mais devida.
- (B) aplica-se o novo regramento pela retroatividade de lei penal mais benéfica e, conseqüentemente, a multa não é mais devida.
- (C) aplicar-se-ia o novo regramento em caso de condenação à pena privativa de liberdade, apenas e, conseqüentemente, a multa é devida.
- (D) aplicar-se-ia o novo regramento em caso de condenação a crime que não tivesse sido cometido contra a Administração Pública e, conseqüentemente, a multa é devida.
- (E) não se aplica o novo regramento pelo fato ter sido praticado sob vigência do anterior e, conseqüentemente, a multa é devida.

#### 8. VUNESP - ESC POL (PC RR)/PC RR/2022

Assunto: Direito Penal - Lei Excepcional ou Temporária

Com relação à lei excepcional e temporária, é **correto** afirmar que

- (A) sua aplicação ocorrerá somente no período em que vigorarem as circunstâncias que determinaram sua criação.
- (B) sua aplicação está prevista na Lei de Introdução ao Código Penal.
- (C) sua aplicação ocorrerá, ainda que decorrido o período de sua duração ou cessadas as circunstâncias que a determinaram, aos fatos ocorridos em sua vigência.
- (D) sua aplicação ocorrerá apenas para períodos anormais, e sua vigência não tem duração determinada.
- (E) sua aplicação está restrita ao direito penal militar em tempo de guerra.

5. VUNESP - ESC POL (PC SP)/PC SP/2018

Assunto: Criminologia - Criminologia (conceito, objeto, método, função, finalidade)

Assinale a alternativa correta em relação ao conceito, método, objeto ou finalidade da Criminologia.

- (A) A finalidade precípua da Criminologia é fundamentar a tipificação criminal das condutas e as respectivas penas.
- (B) A vítima, primeiro objeto a ser estudado pela Criminologia, deixou de ser interesse dessa ciência a partir do surgimento da vitimologia.
- (C) Uma das finalidades da Criminologia, no seu atual estágio de desenvolvimento, é questionar a própria existência de alguns tipos de crimes.
- (D) Criminologia é uma ciência auxiliar do Direito Penal e a ele se circunscreve, visto ocupar-se das consequências dele decorrentes.
- (E) Por ser uma categoria jurídica, o crime não é objeto de estudo da Criminologia, que se ocupa de seus efeitos.

6. VUNESP - ESC POL (PC SP)/PC SP/2018

Assunto: Criminologia - Criminologia (conceito, objeto, método, função, finalidade)

O objeto de estudo da Criminologia que mais traduz a função exercida pela polícia judiciária é

- (A) o controle social.
- (B) o autor do fato.
- (C) a vítima.
- (D) o criminoso.
- (E) o crime.

7. VUNESP - DAT POL (PC SP)/PC SP/2018

Assunto: Criminologia - Criminologia (conceito, objeto, método, função, finalidade)

Em relação ao conceito e ao objeto de estudo da criminologia, assinale a alternativa correta.

- (A) O atual estágio de desenvolvimento da criminologia exclui do seu conceito o estudo das causas exclusivamente individuais para a prática dos crimes, substituindo- o pela análise das dinâmicas sociais.
- (B) É um ramo de conhecimento do Direito Penal, não podendo ser definida como ciência própria, visto que se ocupa do mesmo objeto.
- (C) É uma ciência que tem por objetivo principal auxiliar a interpretação das normas criminais, sob o ponto de vista dogmático.
- (D) É uma ciência que estuda o crime sob o ponto de vista jurídico.
- (E) Após superar os equívocos das primeiras abordagens sobre o homem delinquente, exemplificadas nos estudos de Lombroso, a criminologia moderna mantém em seu conceito o estudo do criminoso.

8. VUNESP - AG TEL POL (PC SP)/PC SP/2018

Assunto: Criminologia - Criminologia (conceito, objeto, método, função, finalidade)

A criminologia

- (A) é uma ciência do dever ser, conceitual e teórica, que não se utiliza de métodos biológicos e sociológicos.
- (B) é uma ciência do dever ser, empírica e experimental, que se utiliza de métodos biológicos e sociológicos.
- (C) é uma ciência do ser, empírica e experimental, que se utiliza de métodos biológicos e sociológicos.
- (D) não é uma ciência, sendo reconhecida como doutrina alicerçada no ser e que se utiliza de métodos biológicos, sociológicos e empíricos.
- (E) é uma ciência do ser, conceitual e teórica, que não se utiliza de métodos biológicos e sociológicos.

5. VUNESP - DEL POL (PC SP)/PC SP/2022

Assunto: Criminalística e Medicina Legal - Traumatologia: Aspectos gerais e lesões corporais

Em relação à traumatologia forense, é correto afirmar que

(A) a primeira e a segunda Lei de Filhos são aplicadas aos instrumentos cortantes que causam feridas de comprimento maior que a profundidade e os formatos fusiformes e elípticos.

(B) instrumento contundente, conforme a Lei de Langer, produz ferimento de formas bizarras, que não se assemelham ao formato do objeto.

(C) lesões corporais seguidas de morte são aquelas que ocorrem com a intenção de causar dano de forma grave, mas acabam por produzir como resultado a morte.

(D) constitui uma lesão gravíssima a interrupção da gravidez normal e não patológica, em qualquer fase da gestação, resultante de uma ofensa corporal.

(E) a lesão é classificada como grave quando leva à incapacidade para ocupações habituais por mais de 14 dias.

6. VUNESP - MED LEG (PC SP)/PC SP/2022

Assunto: Criminalística e Medicina Legal - Traumatologia: Aspectos gerais e lesões corporais

Em uma avaliação para caracterização de lesão corporal, o Médico Legista concluiu que a vítima ficou incapacitada de realizar suas ocupações habituais por 3 meses e apresenta como seqüela diminuição significativa da força no membro superior esquerdo. Segundo o Art. 129 do Código Penal, a lesão corporal descrita acima configura uma

(A) lesão culposa.

(B) lesão gravíssima.

(C) lesão grave.

(D) lesão leve.

(E) incide o aumento de pena se a lesão foi produzida por pessoa com deficiência.

7. VUNESP - MED-LEG (PC RR)/PC RR/2022

Assunto: Criminalística e Medicina Legal - Traumatologia: Aspectos gerais e lesões corporais

Em infelizmente acidentária, adota-se a doutrina do risco profissional. Entende-se por risco genérico aquele

(A) que incide sobre todas as pessoas, quaisquer que sejam suas atividades ou ocupações.

(B) a que está sujeito determinado obreiro, por força do trabalho que exerce.

(C) a que está sujeito o trabalhador, determinado pelas peculiaridades do trabalho ou das condições em que este é executado.

(D) que incide sobre todas as pessoas, as quais exercem determinado tipo de trabalho.

(E) a que está sujeito todos os profissionais que exercem trabalhos na indústria, excluindo os trabalhadores de áreas administrativas.

8. VUNESP - MED LEG (PC SP)/PC SP/2022

Assunto: Criminalística e Medicina Legal - Traumatologia: energia de ordem física

Considerando a situação de um cadáver encontrado em um incêndio, qual das alterações abaixo é relevante para indicar a ação intravital do fogo?

(A) Bolhas cutâneas com conteúdo líquido não protéico.

(B) Ausência de infiltrado inflamatório em torno de ferida na pele.

(C) Fratura óssea.

(D) Fuligem em vias aéreas.

(E) Coágulos intravasculares.

9. VUNESP - MED-LEG (PC RR)/PC RR/2022

Assunto: Criminalística e Medicina Legal - Traumatologia: energia de ordem física

O Sinal de Lichtenberg encontrado em cadáveres corresponde a

(A) lesões provenientes de eletricidade cósmica.

(B) orifício de entrada de projétil de arma de fogo em crânio.

(C) lesão característica de geladuras.

(D) explosão timpânica nos barotraumas.

(E) lesão característica da intermação.

10. VUNESP - ODON-LEG (PC RR)/PC RR/2022

Assunto: Criminalística e Medicina Legal - Traumatologia: energia de ordem física

Nos agentes físicos não mecânicos, a ação localizada do frio produz uma lesão caracterizada pela necrose dos tecidos moles com formação enegrecida que é conhecida como sendo uma

(A) queimadura tipo especial.

(B) geladura de primeiro grau.

(C) geladura de segundo grau.

(D) geladura de terceiro grau.

(E) queimadura tipo simples.

(D) A concessão de asilo político não é um dos princípios de relações internacionais da República Federativa do Brasil.

(E) A República Federativa do Brasil buscará a integração étnica, política, tecnológica e cultural dos povos da América do Sul, visando à formação de uma comunidade sul-americana de povos.

#### 5. VUNESP - SOLD (PM SP)/PM SP/2ª CLASSE/2023

Assunto: Direito Constitucional - Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos (art. 5º da CF/1988)

Considere que Luciana tem um filho de sete meses de vida, amamenta, mas foi devidamente processada, julgada e condenada pela prática do crime de roubo. Com base na situação hipotética e no disposto na Constituição Federal, é **correto** afirmar:

(A) admite-se que Luciana seja condenada à pena de caráter perpétuo, mas não a penas cruéis.

(B) Luciana poderá ser condenada a cumprir pena de trabalhos forçados.

(C) em face do princípio da isonomia, a Constituição determina que a pena deverá ser cumprida no mesmo tipo de estabelecimento penal, não havendo distinção de acordo com a natureza do delito e a idade da apenada.

(D) assegura-se à Luciana o respeito à integridade física e moral, e a ela não deve ser aplicada a pena de banimento.

(E) como o filho de Luciana já tem mais de seis meses de vida, não lhe é assegurada a possibilidade de permanecer com seu filho durante o período de amamentação.

#### 6. VUNESP - ESC (TJ SP)/TJ SP/2023

Assunto: Direito Constitucional - Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos (art. 5º da CF/1988)

Autoridade municipal, no período noturno, pretendia fazer uso temporário de propriedade particular pertencente a Joaquim, diante de uma situação real de iminente perigo público, mas Joaquim recusou, sustentando a inviolabilidade de domicílio, muito embora domiciliado em outro imóvel. Sobre a situação narrada, assinale a alternativa **correta** à luz da previsão da Constituição Federal de 1988.

(A) Agiu corretamente a autoridade municipal, pois o iminente perigo público autoriza a utilização da propriedade particular, mediante indenização ulterior, se houver dano.

(B) A Constituição equipara, para fins de proteção, propriedade e casa, não admitindo o uso temporário de propriedade particular.

(C) É autorizado o uso da propriedade, mas Joaquim fará jus à indenização decorrente do uso, mesmo não ocorrendo dano à propriedade.

(D) A Constituição somente autoriza o uso de propriedade particular pelo poder público no período diurno.

(E) É permitido o uso da propriedade, e diante da situação emergencial não há a previsão de indenizabilidade ulterior.

#### 7. VUNESP - ANA (PREF PINDA)/PREF PINDAMONHANGABA/RECURSOS HUMANOS/2023

Assunto: Direito Constitucional - Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos (art. 5º da CF/1988)

No tocante às associações, a Constituição Federal estabelece que

(A) é livre a sua criação e funcionamento, para fins lícitos, salvo as de caráter paramilitar que dependem de autorização expressa do Exército Brasileiro.

(B) a sua criação e, na forma da lei, a de cooperativas dependem de autorização, sendo, porém, vedada a interferência estatal em seu funcionamento.

(C) só poderão ser compulsoriamente dissolvidas ou ter suas atividades suspensas por decisão judicial, mas, no primeiro caso, será exigido o trânsito em julgado.

(D) as entidades associativas, independentemente de autorização, têm legitimidade para representar seus filiados judicial ou extrajudicialmente.

(E) ninguém poderá ser compelido a associar-se, mas uma vez integrante da associação terá o dever de permanecer associado, sob pena de multa.

#### 8. VUNESP - PJUR (PIRACICABA)/PREF PIRACICABA/2023

Assunto: Direito Constitucional - Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos (art. 5º da CF/1988)

Sobre os direitos e garantias fundamentais previstos na Constituição Federal de 1988, assinale a alternativa correta.

(A) Os direitos e garantias fundamentais são assegurados igualmente aos brasileiros e estrangeiros não residentes no Brasil, podendo esses últimos impetrar *habeas corpus* e ingressar com ação popular.

(B) As normas definidoras dos direitos e garantias individuais têm eficácia plena e aplicabilidade imediata.

4. VUNESP - FIS TRIB (ARAÇATUBA)/PREF ARAÇATUBA/2023

Assunto: Direito Constitucional - Eficácia das Normas Constitucionais

“É livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer” (art. 5º, XIII, Constituição Federal).

De acordo com a doutrina dominante tal norma é de eficácia

- (A) redutível e possui apenas eficácia positiva.
- (B) plena e tem eficácia positiva e negativa.
- (C) integral e possui apenas eficácia negativa.
- (D) contida e tem eficácia positiva e negativa.
- (E) limitada e tem apenas eficácia negativa.

5. VUNESP - JE TJSP/TJ SP/2023

Assunto: Direito Constitucional - Poder Constituinte (originário, derivado, reformador, revisor, decorrente etc)

Leia o texto com que Carlos Ayres Britto inicia sua obra “Teoria da Constituição”, ao tratar do Poder Constituinte:

“O meu filho Marcel tinha cinco anos de idade, quando travou comigo o seguinte diálogo:

- *Meu pai, é verdade que Deus tudo pode?*
- *É verdade, sim, meu filho. Deus tudo pode.*
- *E se Deus quiser morrer?*

• *Bem, aí você me obriga a recompor a ideia. Deus tudo pode, é certo, menos deixar de tudo poder. Logo, Deus tem que permanecer vivo, porque somente assim Ele vai prosseguir sendo Aquele que tudo pode.”*

Após essa reflexão, defende o autor que

- (A) não há distinção relevante entre o Poder Constituinte originário e o Poder reformador da Constituição, pois ambos se apresentam como expressões de idêntica soberania e instrumentos para dar concretude ao Estado, na forma prescrita pelo Ordenamento Jurídico.
- (B) o Poder Constituinte originário, manifestação primária de soberania que inaugura o Ordenamento Jurídico e cria o Estado ao fazer a Constituição, não se confunde com o Poder reformador, que é o poder de constituir normas constitucionais na forma regimental.

(C) há imprecisão e falta de técnica jurídica da distinção entre Poder Constituinte Originário e Poder reformador, porque ambos inovam o Ordenamento jurídico de forma similar.

(D) o Poder Constituinte originário inova o Ordenamento Jurídico a partir do regramento existente e o Poder reformador da Constituição, de igual modo, confere atualidade e eficácia, no tempo, às regras inicialmente postas.

6. VUNESP - DEL POL (PC SP)/PC SP/2022

Assunto: Direito Constitucional - Poder Constituinte (originário, derivado, reformador, revisor, decorrente etc)

Poder constituinte originário é o que cria uma Constituição. Assinale a alternativa **correta**, considerando as características desse importante instituto jurídico.

- (A) Não é possível a declaração de inconstitucionalidade de norma anterior à Constituição, com ela materialmente compatível, editada com desobediência à Constituição então vigente.
- (B) O Poder Judiciário pode exercer controle de constitucionalidade sobre preceitos estatuídos pelo poder constituinte originário.
- (C) O poder constituinte originário da origem à nova ordem jurídica, razão pela qual os diplomas infraconstitucionais perdem vigor com o advento de uma nova Constituição.
- (D) O princípio da segurança das relações jurídicas não permite a restauração da eficácia de lei que perdeu vigência com o advento de uma nova Constituição, quando esta é revogada por uma terceira Constituição.
- (E) As normas supervenientes do poder constituinte originário possuem como regra eficácia retroativa mínima e média e, excepcionalmente, eficácia retroativa máxima.

7. VUNESP - AG ADM (CAMPREV)/CAMPREV/2023

Assunto: Direito Constitucional - Dos Princípios Fundamentais da Constituição (arts. 1º a 4º da CF/1988)

A respeito dos princípios fundamentais da Constituição da República de 1988, assinale a alternativa **correta**.

- (A) O pluralismo político constitui um dos fundamentos da República Federativa do Brasil.
- (B) Todo o poder emana do povo, que o exerce diretamente, por meio de representantes eleitos, ou indiretamente, por meio de plebiscito e referendo, nos termos da Constituição.

5. VUNESP - PAA (UNICAMP)/UNICAMP/TÉCNICO EM ADMINISTRAÇÃO/2023 Direito Administrativo - Princípios expressos, explícitos ou constitucionais

Observe a charge a seguir:



(Fonte: [http://www.jornalcorreioacacerense.com.br/ver\\_noticia.php?noticia=16405](http://www.jornalcorreioacacerense.com.br/ver_noticia.php?noticia=16405))

A situação expressa na charge atenta diretamente contra o princípio da

- (A) legalidade.
- (B) impessoalidade.
- (C) moralidade.
- (D) publicidade.
- (E) eficiência.

6. VUNESP - ANA (EPC)/EPC/TÉCNICO NORMATIVO E DE CONTROLE INTERNO/2023

Direito Administrativo - Princípios expressos, explícitos ou constitucionais

A respeito dos princípios do direito administrativo, assinale a alternativa **correta**.

- (A) O princípio da impessoalidade pode ser concretizado pelo exercício do direito de petição.
- (B) O princípio da eficiência deve ser observado em relação aos serviços administrativos internos dos entes federativos.
- (C) Atualmente, a Constituição Federal elenca no rol dos princípios administrativos o da efetividade.
- (D) O princípio da moralidade tem aplicação restrita ao âmbito do Poder Executivo e Legislativo.
- (E) Entre os princípios expressos na Constituição Federal, está o da indisponibilidade do interesse público.

7. VUNESP - ATEN (PIRACICABA)/PREF PIRACICABA/"SEM ÁREA"/2023

Assunto: Direito Administrativo - Princípios implícitos, reconhecidos e infraconstitucionais

O princípio implícito que norteia as atitudes da Administração Pública para que atue em benefício da coletividade sempre que houver conflito com o particular é o da

- (A) Indisponibilidade do Interesse Público.
- (B) Segurança Jurídica.
- (C) Supremacia do Interesse Público.
- (D) Sustentabilidade.
- (E) Diplomacia Governamental.

8. VUNESP - ESC (PIRACICABA)/PREF PIRACICABA/2023

Assunto: Direito Administrativo - Princípios implícitos, reconhecidos e infraconstitucionais

A administração indireta não possui relação de subordinação com a administração direta, mas está sujeita ao controle finalístico dos seus atos, conforme o princípio da

- (A) tutela.
- (B) autotutela.
- (C) eficiência.
- (D) segurança jurídica.

9. VUNESP - ANA (PREF PINDA)/PREF PINDAMONHANGABA/RECURSOS HUMANOS/2023

Direito Administrativo - Princípios implícitos, reconhecidos e infraconstitucionais

A prescrição e a decadência são fatos jurídicos por meio dos quais a ordem jurídica confere destaque ao princípio da

- (A) supremacia do interesse público.
- (B) segurança jurídica.
- (C) moralidade administrativa.
- (D) autotutela.
- (E) indisponibilidade do interesse público.

## 5. VUNESP - ADV (DOCAS PB)/DOCAS PB/2022

Assunto: Direito Civil - Dos Direitos da personalidade (arts. 11 a 21)

Assinale a alternativa **correta** acerca dos direitos da personalidade.

(A) É defeso, para fins de transplante, o ato de disposição do próprio corpo, quando importar diminuição permanente da integridade física, ou contrariar os bons costumes.

(B) É válida, com objetivo científico, econômico ou altruístico, a disposição gratuita do próprio corpo, no todo ou em parte, para depois da morte, podendo o ato de disposição ser livremente revogado a qualquer tempo.

(C) Com exceção dos casos previstos em lei, os direitos da personalidade são intransmissíveis e irrenunciáveis, podendo, entretanto, o seu exercício sofrer limitação voluntária.

(D) O nome da pessoa não pode ser empregado por outrem em publicações ou representações que a exponham ao desprezo público, salvo se provada a inexistência de intenção difamatória.

(E) O cônjuge sobrevivente poderá exigir que cesse a ameaça, ou a lesão, a direito da personalidade do morto, bem como reclamar perdas e danos, sem prejuízo de outras sanções previstas em lei.

## 6. VUNESP - ADV (IPMB)/IPMB/2022

Assunto: Direito Civil - Dos Direitos da personalidade (arts. 11 a 21)

Uma rede de farmácias, buscando aumentar suas vendas, divulgou uma propaganda com um famoso jogador de futebol chamado João Bruno de Lima, mundialmente conhecido apenas como Tuco. A propaganda foi veiculada sem mencionar o verdadeiro nome de Tuco, mas apenas o seu pseudônimo "JB". Apesar de não ter intenção difamatória, acabou expondo JB ao desprezo público. Diante da situação hipotética, assinale a alternativa correta.

(A) Para que o pseudônimo "Tuco" tenha a mesma proteção que se dá ao nome de João Bruno de Lima, ele deve ser averbado junto à certidão de nascimento.

(B) Nesse caso, o nome, para ter proteção legal, deve ser compreendido do prenome, pseudônimo e sobrenome.

(C) Caso o pseudônimo Tuco fosse utilizado para a prática de atividades ilícitas pela rede de farmácias, possuiria os mesmos direitos e deveres que se dá ao nome.

(D) Por não ter intenção difamatória, o nome de Tuco poderia ser utilizado na propaganda, mesmo sem sua autorização, sendo ressalvado o uso da sua imagem.

(E) O nome de Tuco não poderia ser empregado pela rede de farmácias em publicações que o expusesse ao desprezo público, ainda que sem intenção difamatória.

## 7. VUNESP - ACE (TCM SP)/TCM SP/CIÊNCIAS JURÍDICAS/2023

Assunto: Direito Civil - Disposições gerais - Pessoas Jurídicas (arts. 40 a 52)

Assinale a alternativa que trata especificamente de pessoas jurídicas de direito público interno.

(A) Os Estados, inclusive os estrangeiros, o Distrito Federal, os Territórios e os Municípios.

(B) Os Municípios e as autarquias, inclusive as associações públicas.

(C) A União, os partidos políticos e as demais entidades de caráter público criadas por lei.

(D) As autarquias, as associações, as fundações e os partidos políticos.

(E) As autarquias, inclusive as associações públicas e todas as pessoas que forem regidas pelo direito internacional público.

## 8. VUNESP - JL (TJ RJ)/TJ RJ/2022

Assunto: Direito Civil - Disposições gerais - Pessoas Jurídicas (arts. 40 a 52)

No que diz respeito às pessoas jurídicas de direito privado, é **correto** afirmar que

(A) sua dissolução será averbada no registro onde ela estiver inscrita, sendo necessária autorização ou aprovação do Poder Executivo.

(B) o cancelamento da inscrição da pessoa jurídica será promovido após o encerramento da liquidação.

(C) dissolvida a associação, o remanescente do seu patrimônio líquido será incorporado por outra associação designada pelo juiz, que se proponha a fim igual ou semelhante.

(D) sua existência legal se inicia com a averbação do ato constitutivo no respectivo registro, precedida, quando necessário, de autorização ou aprovação do Poder Executivo.

(E) decai em três anos o direito de anular a constituição das pessoas jurídicas de direito privado, por defeito do ato respectivo, contado o prazo do início efetivo das suas atividades.

Ao inserir a função =MAIOR(A1:B3;1) na célula A4, o resultado é 10.

Assinale a alternativa que apresenta a função que deveria estar na célula A4 para exibir 9 como resultado.

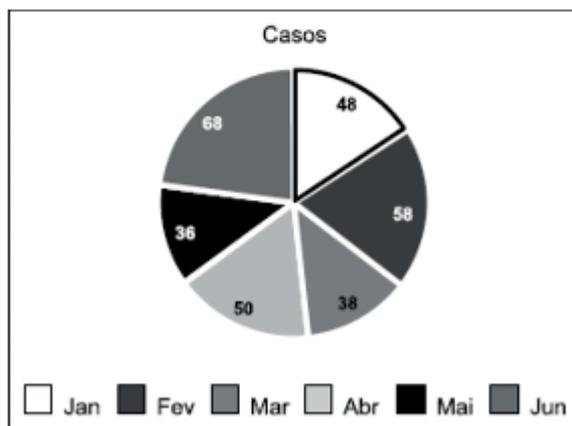
- (A) =MAIOR(A1:B3; 10)
- (B) =MAIOR(A1:B3; 0)
- (C) =MAIOR(A1:B3; 9)
- (D) =MAIOR(A1:B3; -1)
- (E) =MAIOR(A1:B3; 2)

18. VUNESP - ASADM (PREF JUNDIAÍ)/PREF JUNDIAÍ/2022

ASSUNTO: INFORMÁTICA - EXCEL 2016

Um usuário criou a seguinte planilha no Microsoft Excel 2016, em sua configuração original, e a partir dela criou um gráfico, conforme imagem a seguir:

	A	B
1		Casos
2	Jan	30
3	Fev	39
4	Mar	49
5	Abr	69
6	Mai	38
7	Jun	59



Esse gráfico contém

- (A) legenda, apenas.
- (B) título e legenda, apenas.
- (C) título, legenda e rótulos de dados, apenas.
- (D) título, legenda, rótulos de dados e linhas de grade, apenas.
- (E) título, legenda, rótulos de dados, linhas de grade e tabela de dados.

19. VUNESP - CONT (CM ORLÂNDIA)/CM ORLÂNDIA/2022

ASSUNTO: INFORMÁTICA - EXCEL 2016

Observe a planilha a seguir, elaborada por meio do MS-Excel 2016, em sua configuração padrão.

	A	B	C	D
1	Conta	Descrição	Tipo	Valor
2	1	AAA	Despesa	20000
3	2	BBB	Receita	130000
4	3	CCC	Despesa	50000
5	4	DDD	Receita	40000
6	5	EEE	Despesa	35000
7	6	FFF	Receita	220000
8	7	GGG	Receita	75000
9				
10		Total Receitas	465000	

A fórmula aplicada na célula C10, que corresponde ao valor exibido na planilha, é:

- (A) =SOMA(D2:D8;C2:C8;"Receita")
- (B) =SOMASES(C2:C8; D2:D8;"Receita")
- (C) =SOMASES(D2:D8;C2:C8;"Receita")
- (D) =IFSUM(D2:D8;C2:C8;"Despesa")
- (E) =SOMA(C2:C8; D2:D8;"Receita")

20. VUNESP - GCM (PREF GRU)/PREF GRU/2022

Assunto: Informática - Excel 2016

No Microsoft Excel 2016, em sua configuração original, um usuário criou uma planilha e inseriu na célula A5 a fórmula =CONT.SE(A1:C3;"<5"), obtendo o resultado

4. Assinale a alternativa com a imagem da planilha que produz esse resultado.

	A	B	C
1	3	2	6
2	7	8	2
3	9	9	3

(A)

	A	B	C
1	3	2	6
2	7	8	2
3	A	-1	3

(B)